

Parecer nº 41/IEF/NAR JANUARIA/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0006873/2025-87

PARECER ÚNICO**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: SPE UFV MONTALVANIA 2 LTDA	CPF/CNPJ: 57.726.005/0001-13
Endereço: RUA BALTAZAR GERALDO GONÇALVES Nº 27	Bairro: VILA REGINA
Município: MONTES CLAROS	UF: MG
Telefone: (38) 99801-7808	CEP: 39.400-203
E-mail: eng.michelebrito@gmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: ANTONIO HORÁCIO SALLES	CPF/CNPJ: 356.302.726-91
Endereço: RUA VOLTAIRE Nº 110	Bairro: CENTRO
Município: MONTALVANIA	UF: MG
Telefone: (38) 99801-7808	CEP: 39.495-000
E-mail: eng.michelebrito@gmail.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA TABOLEIRINHO	Área Total (ha): 50,62
Registro nº: 5.709	Município/UF: MONTALVANIA/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3142700-0914.654B.F04C.42CD.8A2E.DBC3.E21F.D98EX	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	10	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (coordenadas UTM; Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	10	hectares	23L	570.957	8.403.999

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Outros	Usina Solar Fotovoltaica	10

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Mata Atlântica	Floresta Estacional Decidual	Inicial	10

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		119,69	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 20/03/2025

Data da vistoria: 14/05/2025

Data de solicitação de informações complementares: 13/06/2025

Data do recebimento de informações complementares: 02/07/2025

Data de emissão do parecer técnico: 03/07/2025.

2. OBJETIVO

É objetivo deste parecer, a análise do requerimento para a intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 10 hectares, na Fazenda Taboleirinho, no município de Montalvânia, MG, para a implantação de usina solar fotovoltaica. O material lenhoso a ser gerado é de 119,69 m³ de lenha de floresta nativa e será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel rural em análise é denominado "Fazenda Taboleirinho", localizado no município de Montalvânia, MG, registrada no Ofício de Registro de Imóveis de Montalvânia, na(s) matrícula(s) nº 5.709. A área documentada é de 50,62 hectare(s).

A área requerida é objeto do contrato de locação (108476356), firmado entre o requerente e o proprietário.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3142700-0914.654B.F04C.42CD.8A2E.DBC3.E21F.D98E

- Área total: 50,6126 ha (Módulo(s) Fiscal(ais): 0,7787)

- Área de reserva legal: 20,25 ha

- Área de preservação permanente: 0 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 20,25 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: Não se aplica.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 1

- Parecer sobre o CAR:

As informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. Não foi computado área de preservação permanente como Reserva Legal.

Nos termos do Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro 2019, a localização da Reserva Legal está aprovada conforme o CAR verificado na data de 03/07/2025.

Art. 88 – A autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa, exceto o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, somente poderá ser emitida após a aprovação da localização da Reserva Legal, declarada no CAR.

§ 1º – A aprovação a que se refere o *caput* constará em parecer do órgão ambiental responsável pela análise da intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa.

§ 2º – A aprovação da localização da área de Reserva Legal levará em consideração os critérios ambientais elencados no art. 26 da Lei nº 20.922, de 2013.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Em conformidade com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, foi apresentado o Plano de Intervenção Ambiental (PIA) com o inventário florestal qualitativo e quantitativo da área a ser suprimida.

O projeto foi realizado no imóvel rural denominado Fazenda Taboleirinho, localizado no município de Montalvânia/MG, de propriedade do Sr. Antônio Horácio Salles, com área total de 50,6126 hectares. Parte do imóvel foi objeto de locação para o empreendimento SPE UFV MONTALVÂNIA 2 LTDA, destinado ao desenvolvimento de uma usina solar fotovoltaica. A área locada constitui o objeto da intervenção ambiental requerida.



A área de intervenção está inserida no bioma Caatinga, cuja fitofisionomia é classificada como Floresta Estacional Decidual. Para o inventário florestal da área foi adotada a metodologia de Amostragem Casual Simples, com instalação de 4 parcelas de 400 m² (20 x 20 metros), totalizando 1.600 m² amostrados. O erro amostral foi de 7,44%. O volume estimado de lenha de floresta nativa foi de 11,97 m³.

Na área amostrada, foram inventariados 79 indivíduos, distribuídos em 11 espécies pertencentes a 6 famílias botânicas. A família Fabaceae foi a que apresentou maior representatividade, sendo amplamente reconhecida em levantamentos florísticos como uma das famílias com maior número de espécies lenhosas na Floresta Estacional Decidual.

As espécies identificadas foram: Machaerium opacum, Tachigali aurea, Muellera campestris, Croton conduplicatus, Acacia jurema, Combretum duarteanum, Byrsonima intermedia, Tabebuia sp., N.I., Tabebuia aurea e Cordia glazioviana.

O levantamento evidenciou uma densidade total de 493,75 indivíduos por hectare, sendo a espécie Combretum duarteanum a mais representativa em termos de densidade absoluta e relativa, correspondendo a 48,10% do total de indivíduos amostrados. As espécies com maior frequência nas parcelas foram Machaerium opacum e Combretum duarteanum, ambas com frequência relativa de 100%. Esse resultado está relacionado à classificação ecológica das espécies: Machaerium opacum é considerada pioneira a secundária inicial, enquanto Combretum duarteanum é classificada como secundária.

A tabela mostra os dados médios das parcelas avaliadas:

Parcela	N	DAP médio (cm)	H média (m)	AB	DA	DoA	Vol (m³)
1	22	7,86	5,82	0,12002	550	3,00048	0,50939
2	19	7,34	5,68	0,09158	475	2,28957	0,45965
3	16	7,86	5,88	0,09497	400	2,37423	0,44673
4	22	8,1	5,55	0,11845	550	2,96122	0,49934

Em que: N = número de indivíduos, DAP = diâmetro a altura do peito, H = altura, AB = área basal, DA = densidade absoluta, DoA = dominância absoluta, Vol = volume.

Taxa de Expediente: R\$ 741,15 (DAE nº 1401351966286, quitado em 20/05/2025)

Taxa florestal: R\$ 926,84 (DAE nº 2901351963161, quitado em 20/05/2025)

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23137877

Ambas as taxas foram pagas, porém há necessidade de complementação conforme mencionado na análise técnica.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Alta

- Prioridade para conservação da flora: Média

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Extrema

- Unidade de conservação: Não se aplica.

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica.

- Área de aplicação da Lei da Mata Atlântica (11.428/2006): Se aplica.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Não se aplica

- Atividades licenciadas / a licenciar: Usina solar fotovoltaica (E-02-06-2)

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: Peso 2 (Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas)

- Modalidade de licenciamento: Não passível

Nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017:

Art. 10 – Ficam dispensados do licenciamento ambiental no âmbito estadual as atividades ou empreendimentos não enquadrados em nenhuma das classes ou não relacionados na Listagem de Atividades do Anexo Único desta Deliberação Normativa.

4.3 Vistoria realizada:

No dia 14 de maio de 2025, em vistoria a FAZENDA TABOLEIRINHO, para fins de realizar vistoria in, constatou-se os seguintes fatos:

- Localizada no município de Montalvânia – MG, a FAZENDA TABOLEIRINHO, possui cobertura vegetal que se enquadra na tipologia de Mata Seca. Da cobertura vegetal destacam-se os seguintes indivíduos arbóreos: Angico Vermelho, Angico Branco, Gonçalo, Aroeira, dentre outros.
- A área fruto da vistoria está localizada a aproximadamente 2,7 km, da cidade de Montalvânia, seguindo em sentido ao município de Manga.
- A área de intervenção, fruto da vistoria, encontra-se com indivíduos, cujas alturas, variam entre 2 (dois metros) a 6 (seis metros) de vegetação nativa, conforme fotos em (anexo).
- Constatou-se que, em análise ao CAR que consta no processo em questão não está declarada a Reserva Legal e nem o quantitativo de remanescente de vegetação nativa.
- Constatou-se que, no interior da área destinada a intervenção não possui, córregos, rios, lagos ou nascentes.
- Constatou-se que, no interior da área destinada a intervenção, possui indivíduos arbóreos com baixo rendimento lenhoso.
- Constatou-se in loco, marcação com tinta vermelha e plaquetas com numeração das parcelas de inventário florestal lançadas a campo.
- Tive como acompanhante em todo o percurso da vistoria in loco o Sr. Antônio de Paiva Salles, filho do proprietário da FAZENDA TABOLEIRINHO.
- Foi coletado pontos de GPS na área e retirado algumas fotos do local.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: A topografia predominante da área é a suave ondulada.

- Solo: é representado pelo tipo Argissolo vermelho-amarelo eutrófico (PVAe19)

- Hidrografia: Bacia Federal do Rio São Francisco; Bacia Estadual dos Afluentes Mineiros do Médio rio São Francisco; UPGRH SF9.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma: Mata Atlântica; Fitofisionomia: Floresta Estacional Decidual. Espécies protegidas: Ipê-amarelo e Pau-d'arco amarelo.

- Fauna: O levantamento da fauna realizado na área em estudo revelou uma elevada diversidade de espécies, incluindo representantes da ictiofauna, avifauna, mastofauna e insetos de interesse sanitário. Dentre os peixes, destacam-se o piau-listrado (*Leporellus vittatus*), diferentes espécies de lambaris como o lambari-do-rabo-amarelo (*Astyanax lacustris*) e o lambari-comum (*Astyanax bimaculatus*), além da traíra (*Hoplias aff. malabaricus*), o jundiá (*Rhamdia quelen*), o saguirus (*Steindachnerina elegans*) e diversas espécies de cascudos dos gêneros *Hypostomus* e *Hisonotus*. Todas essas espécies estão classificadas como de “menor preocupação” (LC) quanto ao risco de extinção.

Entre as aves, a área abriga espécies amplamente distribuídas e adaptadas a ambientes abertos e florestas secas, como o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), o sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*), o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), a coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*), a garça-vaqueira (*Bubulcus ibis*), o gavião-pedregoso (*Buteo nitidus*) e a gralha-cancã (*Cyanocorax cyanopogon*). Ressalta-se a

ocorrência de duas espécies com status especial de conservação: a asa-de-sabre-da-mata-seca (*Campylopterus calcuripicola*), classificada como “em perigo” (EN), e a maria-preta-do-nordeste (*Knipolegus franciscanus*), considerada “vulnerável” (VU).

A mastofauna registrada é composta por espécies de médio e grande porte, com destaque para a onça-parda (*Puma concolor*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a raposinha-do-campo (*Lycalopex vetulus*), o gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), a lontra (*Lontra longicaudis*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), o macaco-prego (*Sapajus libidinosus*), o bugio (*Alouatta caraya*), o sagui-de-tufos-pretos (*Callithrix penicillata*) e espécies de veados como o veado-mateiro (*Mazama americana*) e o veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*). Dentre elas, quatro espécies estão classificadas como “vulneráveis” (VU) — o lobo-guará, a raposinha, o gato-mourisco e a maria-preta-do-nordeste — e uma como “quase ameaçada” (NT), no caso da lontra.

4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica.

5. ANÁLISE TÉCNICA

É objetivo deste parecer, a análise do requerimento para a intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 10 hectares, na Fazenda Taboleirinho, no município de Montalvânia, MG, para a implantação de usina solar fotovoltaica. O material lenhoso a ser gerado é de 119,69 m³ de lenha de floresta nativa e será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento.

Da solicitação de informações complementares:

A solicitação de informações complementares, via Ofício Ofício IEF/NAR JANUARIA nº. 68/2025 (116026104), foi atendida pelo empreendedor. Foram elas: planilhas de campo, referentes ao Projeto de Intervenção Ambiental; comprovação de novo cadastro novo Sinaflor compatível com o requerimento da intervenção ambiental; proposta de compensação nos termos da Lei Estadual nº 20.308, de 27 de julho de 2012; retificações no Cadastro Ambiental Rural; e documento de identificação do imóvel, nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.132/2022.

Da Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural:

O imóvel está cadastrado no Sicar sob o protocolo MG-3142700-0914.654B.F04C.42CD.8A2E.DBC3.E21F.D98E. Nos termos do Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro 2019, a localização da Reserva Legal está aprovada conforme o CAR verificado na data de 03/07/2025. Não foi computado área de preservação permanente como Reserva Legal.

Da análise da supressão da vegetação:

A vegetação foi caracterizada como Floresta Estacional Decidual em estágio inicial de regeneração, conforme inventário florestal apresentado nos previsto na Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102, de 2021 e Resolução Conama nº 392, de 25 de junho de 2007. Foi verificado um estrato único; espécies lenhosas com distribuição diamétrica média de até 8 (oito) centímetros; espécies pioneiras abundantes; pouca serrapilheira e trepadeiras. Presença de clareiras no interior da área requerida.

Foram identificadas as espécies *Tabebuia sp* e *Tabebuia aurea* conhecidas popularmente como Pau-d'arco-amarelo e Ipê-amarelo e protegidas pela Lei Estadual 20.308/2013. Conforme o inventário florestal, o número de indivíduos por hectare (densidade absoluta) é de 18,75 e 12,5, respectivamente.

Como o empreendimento é passível de ser classificado como de "utilidade pública", nos termos da alínea b, Inciso I, art. 3º da Lei Estadual nº 20922/2013, o corte das espécies protegidas pode ser autorizado, desde que atendida a compensação ambiental informada no documento 117193296.

Da Fauna Silvestre:

Conforme a Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102/2021, será aplicada a seguinte condicionante: "Apresentação de relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência específico. Prazo: 60 dias após a intervenção

ambiental."

Das compensações ambientais:

A compensação ambiental informada no documento 117193296 será o "recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida", nos termos da Lei Estadual nº 20.308/2012. Sendo assim, considerando, aproximadamente, 31 indivíduos por hectare (18,75+12,5), se terão 310 indivíduos a serem compensados.

Das vedações:

Não foi verificado impedimento para a autorização do uso alternativo do solo, nos termos do Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impacto Ambiental	Medidas Mitigadoras
Erosão e compactação do solo	Controle da erosão, manutenção da drenagem, redução da degradação
Alterações no relevo	Evitar desmatamento e mudanças drásticas no terreno
Interferência em áreas vizinhas	Proteção da vegetação nativa, barreiras físicas para limitar o impacto
Emissão de ruídos, vibração e poeira	Redução do uso de equipamentos, manutenção frequente das máquinas
Modificação da paisagem e habitat	Respeito aos limites do projeto, preservação da fauna e flora
Risco à biodiversidade local	Monitoramento ambiental contínuo, identificação de espécies sensíveis
Reflexos dos painéis solares	Avaliação dos efeitos sobre aves e insetos, ajustes no posicionamento

6. CONTROLE PROCESSUAL

Manifestação elaborada pela Coordenação do Núcleo de Controle Processual, no uso de suas competências legais previstas no art. 44, II, do Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020 e segundo a Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências e o Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Trata-se do Processo SEI nº 2100.01.0006873/2025-87, referente à supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 10 hectares, bioma Mata Atlântica, a ser realizada na Fazenda Taboleirinho, município de Montalvânia/MG, tendo como requerente SPE UFV Montalvânia 2 Ltda., com a finalidade de implantação de usina solar fotovoltaica.

Após análise do presente processo, constata-se que o mesmo se encontra devidamente formalizado nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102/2021, de acordo com a Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e com o Decreto Estadual nº 47.749/2019. O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, contendo todos os documentos pertinentes e taxas pagas, anexadas aos autos em epígrafe.

No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019:

“Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo”.

Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras). Também não foram constatadas áreas abandonadas e/ou subutilizadas. O empreendimento em questão também não está localizado em Unidades de Conservação, nem em zonas de amortecimento de UCs.

Conforme Parecer Técnico, *“a vegetação foi caracterizada como Floresta Estacional Decidual em estágio inicial de regeneração, conforme inventário florestal apresentado nos previsto na Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102, de 2021 e Resolução Conama nº 392, de 25 de junho de 2007. Foram identificadas as espécies *Tabebuia* sp e *Tabebuia aurea* conhecidas popularmente como Pau-d'arco-amarelo e Ipê-amarelo e protegidas pela Lei Estadual 20.308/2013. Como o empreendimento é passível de ser classificado como de “utilidade pública”, nos termos da alínea b, Inciso I, art. 3º da Lei Estadual nº 20922/2013, o corte das espécies protegidas pode ser autorizado, desde que atendida a compensação ambiental informada no documento 117193296”*.

Atendendo ao disposto na Resolução Semad/IEF nº 3102-2021, foi apresentado o Estudo de Fauna dentro do Projeto de Intervenção Ambiental da empreendedora (108476368), sendo o mesmo deferido pelo gestor técnico.

Área total do imóvel de 50,62 ha. Apresentada a Certidão de Inteiro Teor referente à Matrícula nº 5.709, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Montalvânia (108475275), de propriedade do Sr. Antônio Horácio Salles. Apresentado também, o contrato de locação firmado pelo proprietário e a empresa requerente deste processo (108476356).

O referido empreendimento é não-passível de licenciamento ambiental, segundo a Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017, bem como está inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR (116909939), em conformidade ao art. 84 do Decreto Estadual nº 47.749/2019. A localização da Reserva Legal também está aprovada conforme o CAR, em cumprimento ao art. 88 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Solicitadas algumas informações complementares (116026104), que foram devidamente atendidas pelo empreendedor.

Assim, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.651/12 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Médio São Francisco, do ponto de vista jurídico, segue o Parecer Técnico e opina **FAVORAVELMENTE À AUTORIZAÇÃO DA SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA, PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO EM 10 HA**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente.

Ressalto que devem ser obedecidas todas as recomendações e as medidas mitigadoras propostas no Parecer Técnico do IEF e no Projeto de Intervenção Ambiental da empreendedora. Ressalto ainda, que deverão ser observadas e cumpridas rigorosamente as medidas compensatórias e as condicionantes previstas nos itens 8 e 10 deste Parecer Único.

Fica registrado que a presente Manifestação se restringiu a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBio AMSF, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

E, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o citado processo encontra-se apto para ser encaminhado à deliberação da autoridade competente, ou seja, ao Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Médio São Francisco.

Esta é a Manifestação NCP, s.m.j., à qual submeto à consideração superior.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em 10 hectares, na Fazenda Taboleirinho, no município de Montalvânia, MG, para a implantação de usina solar fotovoltaica. O material lenhoso a ser gerado é de 119,69 m³ de lenha de floresta nativa e será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida e popularmente conhecidas como Pau-d'arco-amarelo e Ipê-amarelo: 310 indivíduos a serem compensados.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

1- Apresentação de relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência específico. Prazo: 60 dias após a intervenção ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Cássio Strassburger de Oliveira

MA SP: 1.367.515-2

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Yale Bethânia Andrade Nogueira

MA SP: 1.269.081-4



Documento assinado eletronicamente por **Cássio Strassburger de Oliveira, Servidor Público**, em 13/08/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **120347889** e o código CRC **CB3C6F44**.

Referência: Processo nº 2100.01.0006873/2025-87

SEI nº 120347889